

Duride CVT #4 SET 1989. GAZETA MERCANTIL

As muitas razões que conspiram contra o Plano Brady

Exatamente sete anos depois que a crise internacional de dívida irrompeu no México, os países devedores ainda estão tentando escapar da armadilha de crescimento lento. Os devedores pagam aos seus credores 3 a 4% do seu PNB, em média, em serviço de dívida todos os anos a mais do que recebem em novos empréstimos. Assim, faltam dinheiro, não podem investir, não crescem e não atraem capital. O programa de redução de dívida lançado no começo deste ano por Nicholas Brady, secretário do Tesouro norte-americano, prometeu romper esse círculo. Mas cálculos rápidos mostram que a ajuda oferecida pela razoável redução de dívida bancária não solucionará o problema. Sob o novo acordo com seus banqueiros, o México receberá menos de 1% do seu PNB todos os anos em redução de juros e novos empréstimos. A conclusão desagradável e incompleta é de que o Plano Brady é um malogro, a menos que os credores estrangeiros concedam muito mais financiamentos.

Este é o motivo das críticas feitas pelos banqueiros a Brady e ao seu plano; os banqueiros estão sendo solicitados a conceder mais empréstimos, mesmo ven-

do que nos seus livros os empréstimos antigos perdem valor. Possuem outro motivo para ficar em alerta. Cerca da metade do dinheiro emprestado a países em desenvolvimento na última década foi transferida para o exterior rapidamente, por telex ou em malas recheadas. A evasão de capital não pode ser mensurada com facilidade, mas economistas do P.J. Morgan, um banco de Nova York, estimam que a reserva dessas riquezas (ativos mantidos no exterior por residentes do setor privado dos 15 grandes devedores) totalizou US\$ 300 bilhões no fim de 1987 — mais da metade de sua dívida externa total. Os residentes mexicanos guardaram US\$ 84 bilhões no exterior, equivalentes a 80% da dívida do país; os US\$ 46 bilhões da Argentina representam mais de 75% de sua dívida. Se os próprios residentes do país não têm nenhuma confiança em sua economia, os credores estrangeiros recebem a mensagem.

Aqui está o ponto central do problema de dívida do Terceiro Mundo. Diminuir a dívida está muito bem, mas se a má administração permanece, o próprio capital do país continua no exterior. Taxas cambiais excessivas, taxas de juro

reais negativas, grandes déficits orçamentários, inflação elevada e mercados de capital ineficientes, tudo estimulou os investidores locais a fugir para outros lugares. Estimular os residentes a repatriar seus ativos e atrair investimentos estrangeiros envolve as mesmas coisas: política financeira sólida, taxas cambiais realistas e reformas microeconômicas abrangentes para ajudar a expansão e restaurar a confiança. Se o capital remetido ao exterior puder ser atraído de volta, proporcionará mais fundos do que os bancos cambaleantes fariam.

Atrair de volta os ativos investidos comodamente no exterior talvez exija política mais do que sólida. Os governos poderiam oferecer taxas cambiais preferenciais para o capital que retornar ao país. Poderiam permitir que as somas pródigas fossem depositadas em contas em dólar, ou serem beneficiados por uma isenção fiscal (como o México já anunciou). Essas concessões são testáveis; recompensar o capital retirado do país enquanto se tributam o capital e a mão-de-obra que permanecem. Os pobres que retornam suportam a maior parte do peso de aus-

teridade econômica. Mas sem o retorno de capital, e consequentemente a recuperação econômica, os pobres ficarão em situação ainda pior.

A evasão de capital tem sido o fator omitido na luta para romper o círculo vicioso de expansão em ritmo declinante e dívida crescente. A redução de dívida, como foi proposta no Plano Brady, pode fazer sua contribuição para acabar com aquilo, dando aos governos tempo para recuperar o fôlego para implementar reformas duras e aumentar a confiança. Mas o retorno de capital precisa ser considerado tão prioritário quanto convencer bancos anteriormente mal orientados a repetir sua desorientação. O México indica o caminho. Seu governo fez mais do que a maioria dos outros países para colocar a economia em ordem. Grandes cortes de tarifas aduaneiras e regulamentos mais liberais de investimentos estrangeiros, combinados com um acordo de redução de dívida com seus bancos credores, estão ajudando a restabelecer a confiança e a atrair algum dinheiro mexicano de volta ao país.

As autoridades governamentais dos países devedores normalmente se quei-

xam de que a austeridade e as reformas produzem poucas compensações. Contudo, alguns dos maiores prêmios potenciais são cheques que podem ser assinados por alguns dos seus concidadãos.

Business Week